



DESAFIOS DA DOCÊNCIA RURAL: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MARANHÃO

CHALLENGES OF RURAL TEACHING: A CASE STUDY IN A PUBLIC SCHOOL IN MARANHÃO

DOI: 10.5281/zenodo.18363017



*Elza Ribeiro dos Santos Neta*¹

*Marcia de Jesus Ramos da Silva Portilho*²

RESUMO

A educação do campo no Brasil historicamente enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e institucionais que impactam diretamente o trabalho docente. Este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados por professores que atuam em uma escola pública da zona rural do município de Imperatriz-MA, bem como compreender de que forma tais desafios interferem em sua prática pedagógica. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de abordagem fenomenológica, desenvolvida por meio de estudo de caso. Os dados foram produzidos a partir de pesquisa bibliográfica e da aplicação de questionários semiestruturados a quatro professores que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, permitindo a organização dos resultados em categorias analíticas. Os achados evidenciam que as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes estão relacionadas à precariedade da infraestrutura escolar, à insuficiência de apoio institucional por parte da gestão pública, à ausência de formação continuada contextualizada à realidade do campo e à limitada participação das famílias no processo educativo. Conclui-se que a superação desses desafios exige a implementação de políticas públicas específicas, voltadas à valorização do trabalho docente e à construção de práticas pedagógicas alinhadas às particularidades socioculturais do meio rural.

Palavras-chave: Docência rural. Prática pedagógica. Políticas públicas.

1 Doutora em Geografia. Professora Adjunta I do curso de Geografia Licenciatura da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. E-mail: elza.ribeiro@uemasul.edu.br

2 Especialista em Educação Infantil e educação nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Professora da educação básica. E-mail: marciahemohci@gmail.com





ABSTRACT

Rural education in Brazil has historically faced structural, pedagogical, and institutional challenges that directly impact teaching work. This study aims to analyze the main challenges faced by teachers working in a public school in the rural area of the municipality of Imperatriz-MA, as well as to understand how these challenges interfere with their pedagogical practice. The research is characterized as qualitative, with a phenomenological approach, developed through a case study. The data were produced from bibliographic research and the application of semi-structured questionnaires to four teachers working in early childhood education and the initial years of elementary school. Data analysis was performed using content analysis techniques, allowing the organization of results into analytical categories. The findings show that the main difficulties faced by teachers are related to the precariousness of school infrastructure, insufficient institutional support from public management, the absence of continuing education contextualized to the reality of the countryside, and the limited participation of families in the educational process. It is concluded that overcoming these challenges requires the implementation of specific public policies aimed at valuing the work of teachers and building pedagogical practices aligned with the socio-cultural particularities of rural areas.

Keywords: Rural teaching. Pedagogical practice. Public policies.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta e discute a importância de estudar a educação rural e o meio em que os sujeitos vivem, pois, é nele que os professores realizam a sua profissão. A relevância desse trabalho vem do fato de promover um estudo que contemple a realidade dos professores da zona rural de um povoado do município de Imperatriz - MA no que diz respeito às dificuldades enfrentadas pelos mesmos na prática docente no meio rural.

A escola rural vem passando por problemas, dentre os quais se destacam a falta de estrutura, falta de apoio das famílias, problemas de locomoção e conteúdo descontextualizado. Geralmente não acompanha o desenvolvimento do meio urbano, padece com os problemas, que muitas vezes, estão ligados, quase que exclusivamente, à educação rural.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados por professores que atuam em uma escola pública da zona rural do município de Imperatriz-MA, buscando compreender de que forma tais desafios interferem em sua prática pedagógica. A pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre a





docência no campo, contribuindo para a reflexão crítica acerca das políticas públicas e das condições de trabalho dos professores que atuam em contextos rurais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com abordagem fenomenológica, desenvolvido a partir de um estudo de caso realizado em uma escola pública localizada na zona rural do município de Imperatriz–MA. A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, a partir da perspectiva dos próprios sujeitos, os significados atribuídos às experiências vivenciadas no contexto da docência no meio rural.

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de fundamentar teoricamente a investigação, mobilizando produções científicas que discutem a educação do campo, a formação de professores e os desafios da docência em contextos rurais. Foram consultados livros, artigos científicos e documentos oficiais, como legislações e diretrizes educacionais.

Segundo Parra Filho e Santos (2002) a pesquisa é bibliográfica quando o pesquisador se utiliza de livros, revistas, documentos, periódicos, enfim, registros impressos.

A pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de questionários semiestruturados a quatro professores que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental da escola investigada. O número reduzido de participantes justifica-se por se tratar de um estudo de caso, cujo foco está na profundidade da análise e não na generalização estatística dos resultados.

O questionário foi organizado em duas partes: a primeira destinada à caracterização do perfil dos docentes (idade, formação acadêmica, tempo de atuação e vínculo com a comunidade local); e a segunda composta por questões abertas, voltadas à identificação das principais dificuldades enfrentadas no exercício da docência no meio rural, incluindo aspectos





relacionados à infraestrutura, locomoção, apoio institucional, prática pedagógica e participação da família.

Os dados qualitativos foram analisados à luz da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), possibilitando a organização das falas dos participantes em categorias temáticas. Esse procedimento permitiu interpretar os discursos dos docentes de forma sistemática, articulando os dados empíricos ao referencial teórico que fundamenta a pesquisa.

Todos os cuidados éticos foram respeitados, garantindo-se o anonimato dos participantes, identificados por códigos alfanuméricos (P1, P2, P3 e P4).

A REALIDADE DA EDUCAÇÃO RURAL

Em pleno século XXI, após o país ter passado por uma série de mudanças significativas, nos mais diversos setores, a educação ainda passa por muitos problemas, em especial a educação rural, que continua sem receber o auxílio e importância que lhes são devidos.

Muitas escolas, atualmente, ainda enfrentam grandes problemas que se agravam com o passar do tempo, tais como a evasão escolar, o baixo índice de aprendizagem, má formação de professores e a precariedade com que os mesmos desenvolvem o trabalho docente, a falta de estrutura, dentre outros. Destaca-se ainda neste contexto a ausência de políticas públicas, que efetivamente elaborem e ponham em prática projetos que revertam esse quadro e resultem em significativas melhorias. A educação no meio rural prossegue com todas essas dificuldades, por vezes de forma mais latente do que no meio urbano.

Como mostram as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo” (Parecer nº 36/2001 e resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação), a visão que se tem na atualidade a respeito não só do que representa o campo, mas também da educação inserida neste contexto tem se ampliado:



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativista. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2002).

Por isso, a escola rural é definida pelas questões relacionadas à sua realidade, com os saberes próprios dos sujeitos rurais. O homem rural espera que a escola seja capaz de, no seu ambiente, promover mudanças que reflitam nas suas formas de viver, de produzir, de falar, de se comportar, ao mesmo tempo em que valorize suas origens e seus laços culturais. E, é justamente isso que essa ampliação de mudança expressa nas “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo” poderá promover.

Quanto à participação do Estado na educação da zona rural, Leite (2002) destaca que o interesse político do Estado prioriza as questões dos princípios básicos organizadores que são os poderes executivo, legislativo e judiciário. As outras demandas decorrem desses poderes, as quais são atendidas com a distribuição de verbas e subsídios, viabilizando projetos de atendimento às necessidades sociais como transporte, saúde, saneamento, segurança e educação, entre outros.

No processo escolar, o Estado parece dar mais importância ao financeiro e ao pagamento da folha de funcionários. Quanto à educação, preocupa-se pouco com as questões políticas e sociais da escola. No entanto, o que se espera é uma atuação do Estado que garanta um ensino aberto e com oportunidades iguais, nos mais diversos aspectos.

Ainda, Segundo Leite (2002), o Estado e o capitalismo usufruem do processo escolar para a obtenção de seus objetivos, lançando mão de recursos incompatíveis com a visão democrática que apóiam. Desta forma, a escola funciona como reprodutora do processo estatal-capitalista. O ensino público ainda deixa muito a desejar, pois, como destacado anteriormente, encontra-se sobrecarregado de problemas. No entanto, existe o interesse por parte do Estado em possibilitar que a escola cumpra com o seu papel de propiciar aos seus alunos o acesso à educação básica e, conseqüentemente, à cidadania.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4.n.1. jan/fev/mar. 2026 - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





A educação básica organiza-se nas seguintes etapas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e a educação técnica profissional. Cada uma dessas etapas poderá se organizar em diferentes modalidades de ensino, segundo consta nas Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo de 2002.

A educação infantil é ofertada em creches às crianças de até 03 anos e a pré-escola às crianças de 04 a 05 anos, sendo estas de responsabilidade prioritária do município. O ensino fundamental é oferecido a crianças a partir dos 06 anos e tem a duração mínima de 09 anos, sendo obrigatório e gratuito na escola pública; está dividido em: séries iniciais, de 1º ao 5º ano, séries finais, do 6º ao 9º ano e ensino médio que é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos. O ensino fundamental é prioridade da esfera municipal. Por fim, a educação técnica profissional que poderá ser feita concomitante ao ensino médio ou após a sua conclusão (BRASIL, 1996).

Essas normas mostram-se necessárias, pois, ao longo da história as escolas rurais sempre careceram de políticas que pensassem uma escola adequada à realidade da população rural. Essa defasagem resultou em sérios problemas, tais como altos índices de analfabetismo, a inexistência de escolas que atendam a todos os níveis e a inadequação de conteúdos à realidade do campo.

OS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS POR PROFESSORES E A VIVÊNCIA NO MEIO RURAL

Ser professor é uma tarefa que requer, em geral, dedicação, gostar do que faz, conhecer a si mesmo e o lugar em que atua. Na sala de aula, este vai articulando a sua vida pessoal e profissional, as quais vão se transformando e originando subsídios importantes para a reflexão de como ser um professor. Cada um tem uma história de vida, um percurso. É importante conhecer como os docentes percebem suas vivências e como eles elaboram os acontecimentos, fatos, experiências que se entrelaçam e lhes permitem interpretar o mundo.





Tratando-se de professores rurais, vê-se de maneira clara uma atuação profissional que brota de uma educação vagarosa, e que surge e continua até hoje a partir de um modelo de educação do meio urbano. O docente formado na área urbana, e que vai atuar no meio rural, necessita ter uma formação adequada e continuada para trabalhar com o meio.

Caldart (2005) tem mostrado a importância destacada do professor no processo de progressão e aprendizado dos alunos. Apesar dessa constatação, a condição de trabalho desses profissionais tem se deteriorado cada vez mais. No caso específico da área rural, têm-se a baixa qualificação e salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outras coisas, as questões da sobrecarga de trabalho, dificuldades de acesso à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para locomoção.

Ser educador da zona rural implica em refletir uma identidade em construção, é tentar entender o que está fazendo e compreender as demandas da sala de aula. É preciso que o educador entenda que o ser humano é produto da sua história e que estes diferentes grupos humanos que vivem no campo têm história, cultura, identidade, lutas comuns e específicas. Conforme Caldart (2005) a finalidade de uma ação educativa é ajudar o indivíduo no desenvolvimento como ser humano.

Sem poder entender as mais diversas questões do campo será difícil ter um olhar diferente dos sujeitos rurais. É indispensável que o professor tenha um olhar para o povo do campo com o intuito de direcionar a sua prática, tendo assim um olhar diferente e percebendo que os alunos do campo são pessoas que têm uma história determinada e estão em momentos diferentes de seu desenvolvimento humano.

O docente pode pensar em não só atuar na educação, mas lutar pelas transformações no campo, na sociedade inteira. O professor tem um papel muito importante no que diz respeito a guiar o educando no processo de aprendizagem e mudanças.

Para Zabala o docente potencializa as capacidades que propiciem ao discente compreender o sistema social e cultural. “É preciso insistir que tudo quando fazemos em aula, por menos que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos”





(1998, p.28). Ou seja, a formação não é só vista como do professor, mas do aluno, pois o trabalho realizado pelo docente é válido para estes sujeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados obtidos por meio dos questionários permitiu a organização dos resultados em três categorias analíticas, as quais expressam os principais desafios enfrentados pelos professores no contexto da educação rural investigada.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR

A pesquisa foi realizada com professores da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública da zona rural do município de Imperatriz – MA, através da aplicação de questionário com 6 perguntas fechadas e 7 perguntas abertas, foram 4 (quatro) professores pesquisados, onde as perguntas objetivaram compreender os problemas e desafios da educação no meio rural.

A escola pesquisada foi fundada na década de 60 sendo a única escola desse povoado. De 1963 a 1966 era apenas uma professora que ministrava as aulas, entretanto em 1967 houve aumento do quadro de professores, totalizando seis. A direção da escola é escolhida por meio de eleições. Este povoado possui cerca de 350 habitantes e fica há cerca de 36 km do Centro de Imperatriz – MA.

A escola possui 04 salas de aula todas com janelas e ventiladores, 01 secretaria, 01 cantina, 09 banheiros dos quais 02 são para pessoas com deficiência, 01 pátio com brinquedos, 01 quadra de esportes e 01 biblioteca inaugurada recentemente.

Há na escola turmas de I e II Período, e do 1º ao 5º ano com 154 alunos distribuídos conforme Tabela 1.





Tabela 01: Distribuição dos alunos por turma

Turma	Quantidade de alunos
I e II PERÍODO	13 em cada turma
1º e 2º ANO	24 em cada turma
3º ANO	23
4º e 5º ANO	17 em cada turma

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

O I e II Período possui 13 alunos em cada turma, o 1º e 2º ano tem 24 alunos cada, o 3º ano possui 23 alunos, e o 4º e 5º ano possui 17 alunos em cada turma. A escola ainda possui merendeiras que também são responsáveis pela limpeza e porteiros responsáveis pela portaria. Há um gestor responsável pelos dois turnos. São 4 professores da educação infantil e 03 professores do fundamental anos iniciais.

DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO RURAL

A análise desta categoria deu-se em razão de identificar o perfil dos professores. Participaram das entrevistas, 04 professores, dentre os quais 01 (um) encontra-se na faixa etária entre 31 a 40 anos, 02 (dois) entre 41 a 50 anos e 01 (um) entre 51 a 60 anos. Com relação ao estado civil, todos são casados. Quanto a formação acadêmica, 02 (dois) possuem ensino superior, ambos formados em Pedagogia, tendo 01 (um) com especialização em educação infantil, os outros 02 (dois) possuem ensino superior incompleto.

Tabela 02: Perfil dos professores pesquisadores

Identificação	Gênero	Estado civil	Idade	Grau de formação
P1	F	Casada	31 a 40	Pedagogia / Ed. infantil
P2	F	Casada	41 a 50	Superior incompleto
P3	F	Casada	51 a 60	Superior incompleto
P4	F	Casada	41 a 50	Pedagogia

Fonte: Elaboração do autor, 2019.





Segundo dados do MEC/INEP, apenas 85% dos professores que atuam nas turmas de 1ª a 4ª séries na zona rural no Brasil possuem curso superior completo (BRASIL, 2022).

Dos professores pesquisados todas são do sexo feminino, o que revela que as mulheres possuem habilidades inerentes ao cuidado infantil em especial a crianças pequenas que fazem parte da educação infantil e do fundamental anos iniciais, o que segundo Zibetti (2013) se caracterizou como,

A feminização da carreira docente em educação fundamental menor, evidenciada como o discurso de que as mulheres possuem habilidades inerentes ao trabalho com crianças pequenas, está presente entre as próprias educadoras, embora não seja um discurso hegemônico, pois algumas delas questionam a discriminação e os estereótipos que desvalorizam o trabalho em creches e pré-escolas (p. 01).

Assim, é possível notar que na educação infantil e fundamental anos iniciais há predominância de mulheres no corpo docente das instituições de ensino. Aqui será destacado o papel do professor e os problemas enfrentados pelo mesmo no exercício da sua ocupação.

O professor rural lida com muitas questões na sua profissão, pois, “a profissão é uma palavra de construção social. É uma realidade dinâmica e contingente calcada em ações coletivas” (VEIGA, 2008, p.14). A docência envolve uma construção do lugar, das pessoas e das ações, e a realização desse trabalho pode ser individual ou coletiva.

Os professores que estão no meio rural modificam a sua prática durante o seu exercício em sala, visto que estão sempre encontrando questões diversas para resolver. A prática no contexto rural é determinada pela formação que este docente possui e que se configura na realização de sua profissão. Uma das questões que atrapalham muitos docentes, que vão ensinar nas escolas rurais, é a falta de um projeto político pedagógico adequado à vivência do sujeito rural.

O Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB) estabelece valores para investimentos diferenciados a alunos e a professores do campo, porém, o que se observa é a ausência desses investimentos, em razão do descumprimento da legislação, por falta de marcos que garantam





a qualidade do ensino público ou pela contínua desvalorização dos profissionais que atuam nas escolas tanto rurais como urbanas. Caldart (2005) afirma que:

Particularmente sobre os trabalhadores em educação das escolas do campo, podemos afirmar, em comparação aos profissionais urbanos, que estes recebem menos formação acadêmica e informação cotidiana, recebem menor remuneração, trabalham com menos infraestrutura e materiais didáticos e, conseqüentemente, concentram maiores índices de doenças de trabalho (p.15).

São muitas as questões a serem resolvidas e que interferem diretamente na prática docente, é preciso, então, que o professor busque subsídios já que

O campo tem diferentes sujeitos. São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, cablocos, meeiros, assalariados rurais e entre outros grupos mais. Entre estes há o que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não; há ainda as diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e de viver; diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer realidade e de resolver os problemas; diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas. (CALDART, 2005, p.153)

Podem-se perceber as mais diversas questões que o professor da zona rural precisa saber manusear, é muito mais do que apenas conteúdos, é uma realidade totalmente heterogênea. Por isso o professor necessita estar em constante processo de formação.

APOIO INSTITUCIONAL, FORMAÇÃO DOCENTE E PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

A pesquisa desenvolvida foi realizada com o intuito de entender quem é o professor da zona rural e suas dificuldades no ambiente de trabalho, através dos questionários. Para esta categoria o questionário foi aberto, onde os professores ficaram livres para narrar as dificuldades enfrentadas pelos mesmos no ambiente educacional rural.





Segundo Souza (2006), as narrativas permitem entender o processo do sujeito, pois, através das experiências construídas e das aprendizagens, adquirem-se os mais diversos conhecimentos da sua vida e do que se faz. Realizando assim reflexões sobre a formação inicial e continuada como elementos para auxiliar o professor em sua profissão docente.

Foi perguntado qual a distância da residência do professor ao ambiente de trabalho. P1 afirma que a distância entre sua casa e a escola que leciona é de “12 quilômetros”, já P2, P3 e P4 levam aproximadamente 10 minutos para chegar ao serviço. Estes vão a escola a pé não tendo nenhum gasto com transporte, entretanto P1 afirma que gasta em média “R\$200,00 de combustível, pois moro em outro povoado”. Este se locomove utilizando motocicleta.

Neste caso é perceptível que não há dificuldades a respeito da distância da maioria dos professores, pois os que lecionam nesta escola são do próprio povoado, sendo apenas uma professora de um povoado próximo. O fato de morarem próximo a escola é favorável, pois evita atrasos decorrentes de locomoções de grandes distâncias como também adequação do horário para início da aula caso haja atrasos.

Quando perguntados quais dificuldades enfrentadas na locomoção do ambiente de trabalho, P2, P3 e P4 afirmam não ter dificuldades, pois moram próximo à escola, entretanto P1 diz que tem “dificuldades na estrada de chão esburacada e enormes poeiras e lama”. Este problema enfrentado por P1 é comum nas áreas rurais do Brasil, onde muitos professores saem para lecionar e não tem horário pra chegar à escola em virtude das péssimas condições das estradas, quando há chuva são as lamas e quando há sol são as poeiras. Para Souza e Santos (2007)

[...] existem dificuldades quanto o transporte à escola, pois em período de chuva, as estradas rurais não recebem manutenção da prefeitura e os alunos não podem frequentar as aulas. Também professores têm dificuldades de acesso à escola, especialmente quando moram no espaço urbano e se deslocam para o campo (p. 23).

Assim, é notório que tanto alunos como professores são afetados quanto a locomoção à escola em caso de grandes distâncias.





Sobre as dificuldades enfrentadas pela escola por se localizar em zona rural, algumas profissionais atrelam a culpa ao ambiente de trabalho, a violência, outros a ausência de material e recursos humanos. Assim, P1 afirma que “*devido à estrada, o ambiente poluído, falta de estrutura, suportes e outros implicam muito no nosso enfrentamento do dia a dia*”. Já para P2 “*a violência e a falta de um psicólogo e um assistente social na escola a cada quinzena*”, para P3 a “*falta de acompanhamento de algumas pessoas por parte dos órgãos competentes, ou seja, secretaria de educação*”, sobre isto P4 afirma que “*as dificuldades é falta de recursos para a minha turma, pois trabalho com educação infantil, e requer muitos materiais*”.

Sobre isto Souza e Santos (2007) afirmam que “*faltam materiais didáticos e existem professores esforçados que trabalham no limite da infraestrutura física, salarial e de formação pedagógica*”. Desta forma, é possível perceber que as dificuldades enfrentadas por estes professores são comuns em inúmeras escolas da zona rural no Brasil.

Sobre o período do ano em que há maior dificuldade de locomoção P1, P2 e P3 concordam que o período de chuvas, pois fica lama por todos os lados e algumas partes ficam até interditadas. Já P4 preferiu não responder a esta questão. Egami *et al* (2008) destaca que:

quando se consideram as dificuldades que os moradores da área rural têm em desfrutar os serviços (saúde, lazer, educação, bancário etc.) muitos deixam de procurar tais serviços, seja pela ausência do transporte, seja pela falta de recursos para pagar os custos de deslocamento. Dessa forma, gera-se uma população de excluídos que somente terá melhores condições de vida se for beneficiada por alguma política pública voltada para o transporte (p.98).

Estas dificuldades geralmente estão atreladas ao período do ano, pois quando há chuvas a locomoção fica ainda mais precária.

A pergunta seguinte foi sobre os problemas enfrentados pelos professores da zona rural dentro da sala de aula, P1 afirma que há “*falta de interesse das crianças, falta suporte na sala*”. Para P2 há “*dificuldade de aprendizagem, ausência da família na escola e livros didáticos que não condiz com a realidade do aluno*”.





Sobre a pergunta P4 diz que os problemas que enfrenta na escola é “*falta de orientadores por parte da secretaria de educação e não acompanhamento das famílias*”, já P3 afirmou é “*o desinteresse dos alunos e materiais pedagógicos que não tem*”, para eles estes são os fatores que afetam o ensino aprendizagem na escola do campo.

Estes dados estão em acordo com a pesquisa desenvolvida por Souza e Santos (2007) na zona rural do Paraná, onde os dados que obtiveram diz que os pais e família geralmente se afastam dos assuntos referentes à escola de seus filhos,

o professor possui comprometimento com a comunidade com quem mantém relações profissionais, apesar de que os pais e as famílias que moram no assentamento reconhecem seu afastamento, no que diz respeito às questões sobre o funcionamento da escola, que deve ser entendido como bem público (p. 72).

É importante destacar que nenhum professor ressaltou a importância da formação continuada que geralmente não é ofertada pelo município. Tratar da formação de professores é de suma importância para muitos professores rurais, os quais possuem uma formação inicial ou continuada insuficiente e que realizam sua prática em sala de aula de maneira, muitas vezes mais complexa, do que a dos professores da zona urbana. É importante lembrar que

A formação assume uma posição de “inacabamento” vinculada à história de vida dos sujeitos em permanente processo de formação, que proporciona a preparação profissional. O processo de formação é multifacetado, plural, tem início e nunca tem fim. É inconcluso e autoformativo (VEIGA, 2008, p.15).

O professor em sua formação está sempre buscando mais aprendizados seja na vida pessoal ou profissional. Na sua profissão o docente passa por um processo contínuo de descobertas e/ou redescobertas. Muitas mudanças acontecem no decorrer dos processos vividos, assim, há uma incompletude, o docente encontra-se em um processo de permanente busca.

Para Veiga (2008) a formação de professores é o ato de formar, educar o profissional. Esta vem ao longo do tempo, se desenvolve em momentos individuais ou coletivos, no





sentido de construir saberes adquiridos pela experiência ou pelas aprendizagens acontece de forma gradativa, na qual muitos elementos podem estar envolvidos.

Pensar em uma escola de qualidade para os sujeitos do campo é repensar a formação inicial e continuada de professores, pois,

[...] para a implantação de qualquer proposta que se proponha uma renovação das escolas e das práticas pedagógicas, a formação continuada dos professores passa a ser um aspecto especialmente crítico e importante. Qualquer possibilidade de êxito do processo que se pretenda mobilizar tem no professor em exercício seu principal agente (CANDAU, 1996, p.140).

Essa formação ajuda transformar muitos aspectos dentro da sala de aula, como a melhoria da prática, a busca de elementos novos para serem aplicadas na escola, e a competência para resolver demandas que poderão sempre surgir. A prática diária é um elemento de formação, não apenas as teorias e a experiência adquirida.

A formação pode ajudar o docente a encontrar respostas às dificuldades encontradas do dia-a-dia e é um processo inicial e contínuo. Para Mizukami,

[...] a formação inicial sozinha não dá conta de toda a tarefa de formar professores, como querem os adeptos da racionalidade técnica, também é verdade que ocupa um lugar muito importante no conjunto do processo total dessa formação, se encarada na direção da racionalidade prática (2002, p.23).

Nota-se que a formação inicial é um ponto de partida para o professor e esta não será suficiente para resolver todos os assuntos que enfrentará no decorrer de sua atuação, por isso, a formação continuada é o que dará suporte ao professor.

Sobre o que poderia ser feito para resolver os problemas enfrentados pelos professores da zona rural, P1 afirma que “*asfaltar estradas, ter suporte em sala de aula, assistência à saúde e educação*”. P2 diz que “*o lançamento do livro didático que trabalhasse mais a realidade regional e local do nosso Estado e um melhor acompanhamento pedagógico por parte da secretaria de educação*”.

Sobre este assunto do conteúdo contextualizado Pages (2011), expõe que:





Os conteúdos da aprendizagem são resultados de uma metodologia dialógica. Cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica dispõe em si próprio, ainda que de forma rudimentar, dos conteúdos necessários dos quais se parte. O importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. A transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto social do educando é considerada "invasão cultural" ou "depósito de informações", porque não emerge do saber popular. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o educando. Conhecê-lo enquanto indivíduo inserido num contexto social de onde deverá sair o "conteúdo" a ser trabalhado. O processo de Ensino/Aprendizagem se desenvolve-se partindo da experiência e realidade dos alunos.

Assim, o conteúdo que o aluno traz é importante no seu processo de aprendizagem, não podendo ser dispensado.

P3 e P4 ressaltaram o que já haviam colocado anteriormente, onde P3 diz que “*encontro pedagógico, com pedagogos por parte da secretaria de educação, e acompanhamento de assistente social do município de outros órgãos competentes*” seriam necessários para resolver alguns problemas da educação no campo. Já P4 afirma que deveria haver “*primeiro a participação dos pais em visitas à escola, e mais atenção do alunado na aula*”.

Para os professores pesquisados a resolução destes problemas pode melhorar o processo de ensino aprendizagem no campo. Destarte, a falta de interesse das políticas públicas ainda interfere fortemente quando se trata de trabalhar a educação rural e a resolução destes problemas ainda precisam se expandir a ponto de chegar a todos os professores rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado com professoras da zona rural comprovou, dentre outras coisas, que há inúmeros problemas que são enfrentados diariamente para que haja ensino nas escolas rurais, em especial na escola pesquisada, onde se faz necessário conhecer quais os fatores que levam a um ensino de qualidade. A discussão sobre os avanços tecnológicos no meio urbano e





a lentidão com que esses chegam ao meio no rural, levando-o a ser considerado atrasado, permitiu a compreensão do processo de escolaridade do campo.

Observou-se que o interesse pelo processo de urbanização e desinteresse pela escola rural tem interferido diretamente na qualidade do ensino. A superação de dificuldades (escolas precárias, difícil locomoção, falta de formação de professores entre outros), apresenta-se, então, como uma condição necessária para a melhoria do ensino e implica a adoção de políticas públicas, programas de formação de educadores e outras propostas para adequação das necessidades do campo.

A reflexão sobre os problemas enfrentados pelos professores e os conhecimentos adquiridos pode ser um elemento para melhorar a sua prática ou qualquer ação desenvolvida na escola. Assim, reconhece-se que ser professor rural é um grande desafio nos dias de hoje. A importância de se procurar uma formação inicial e continuada, com conteúdos específicos da área rural, é fundamental para que o educador possa resolver as diversas questões que surgem dentro da sala de aula e oferecer um ensino de qualidade aos seus alunos.

Por meio da pesquisa foi possível observar que os professores que lecionam neste povoado da zona rural dois possuem formação acadêmica completa e dois estão em processo de formação, o que facilita o processo de ensino. A respeito das dificuldades enfrentadas pelos professores, notou-se que a questão da locomoção para os professores não é um problema relevante, tendo em vista que os mesmos moram no próprio povoado, havendo agrave apenas no período de chuvas.

Notou-se ainda que os professores queixam-se de falta de assistência por parte da secretaria de educação, onde os mesmos alegam não terem suporte necessário para o desenvolvimento de suas atividades, tais como materiais didáticos, infraestrutura adequada, formação continuada e ausência de conteúdo contextualizado a realidade do aluno.

Além destes fatores foi colocada ainda a questão da ausência de participação dos pais no processo de aprendizagem de seus filhos, e há ainda o desinteresse de alguns alunos.

Conclui-se que a superação dos desafios identificados exige o comprometimento do poder público na implementação de políticas educacionais que garantam melhores condições





de trabalho, investimento em infraestrutura, formação docente específica e maior integração entre escola, família e comunidade. Ao contribuir para a compreensão das condições de atuação dos professores no meio rural, este estudo reforça a importância de uma educação do campo comprometida com a justiça social, a valorização dos sujeitos e o reconhecimento da diversidade dos territórios rurais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Secretaria de Educação Básica Mapeamento da adequação docente no Brasil**. Brasília: MEC/SEB, 2022.

BRASIL. **Resolução 01/2002 do CNE/CEB, que Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo**. Brasília: CNE/CEB, 2002.

BRASIL. **Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 1996.

CALDART, R.S. II Conferência Nacional por uma educação do campo. In: Instituto Anísio Teixeira - IAT (Org.). **Curso para Professores de Educação do Campo – FNDE**. Diretrizes Operacionais. [S.I.], 2005.

CANDAU, V.M.F. Formação Continuada de Professores: Tendências Atuais. In: REALI, A.M.M.R; MIZUKAMI, M.G.N. (Orgs.). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

LEITE, S. C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MIZUKAMI, M. G. N. et al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação**. São Carlos: EDUUFSCar, 2002.

PAGES, G.M. **Educação do campo: problemas, desafios e perspectivas**. São Paulo: 2011.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



PARRA FILHO, D; SANTOS, J.A. **Apresentação de Trabalhos Científicos:** Monografia, TCC, Teses, Dissertações. 8ªed. São Paulo: Futura, 2002.

SOUZA, E.C. (Org.) **Autobiografias, histórias de vida e formação:** pesquisa e ensino. Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB 2006.

SOUZA, M.A; SANTOS, F.H.T. Educação do campo: prática do professor em classe multisseriada. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 211-227, set./dez. 2007.

VEIGA, I.P.A. Docência como atividade profissional. In: VEIGA, I.P.A; D'AVILA, C. (Orgs.). **Profissão docente:** novos sentidos, novas perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2008.

ZABALA, A. **A Prática Educativa Como ensinar.** Tradução de Ernadi F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artemed,1998.

ZIBETTI, M. L. T. **Gênero, Sexualidade e Educação.** Roraima: GEPPEA/UNIR, 2013.

Recebido em: 26/11/2025

Aprovado em: 28/12/2025

Publicado em: 24/01/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4.n.1. jan/fev/mar. 2026 - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

